

aborto

@beatriznamiestudies

↳ É a **interrupção da gravidez** com a destruição do produto da concepção (óvulo, embrião ou feto), haja ou não expulsão dele.

▶ espécies:

- **natural**: é a interrupção espontânea da gravidez
- **acidental**: é a interrupção da gravidez provocada por traumatismos, tais como choques e quedas.
- **criminoso**: é a interrupção dolosa da gravidez.
- **legal ou permitido**: interrupção da gravidez de forma voluntária e aceita por lei. → art. 128 CP
- **aborto eugênico ou eugenésico**: interrupção da gravidez p/ evitar o nascimento da criança com graves deformidades genéticas.
- **econômico ou social**: mata-se o feto p/ não agravar a situação de miserabilidade enfrentada pela mãe ou por sua família. Essa modalidade não foi acolhida pelo direito brasileiro.

▶ aborto criminoso:

- **aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento**: previsto no art. 124 CP.

↳ **provocar aborto em si mesma**: trata-se do **autoaborto**, em que a gestante efetua contra si própria o procedimento abortivo por qualquer modo capaz de levar à morte do feto.

É **comparável com o concurso de pessoas**, na modalidade participação, como no caso em que o namorado fornece o medicamento abortivo. Neste caso, **a mulher será autora do aborto e o namorado partícipe do crime.**

* Se ocorrer a morte ou lesão corporal de natureza grave em relação à gestante, o partícipe do autoaborto, além de responder por este delito, pratica ainda homicídio.

___/___/___
dio culposo ou lesão corporal de natureza culposa.

↳ **consentir pl que terceiro lhe provoque o aborto:** a gestante não pratica em si mesma o aborto, mas **autoriza um 3º qualquer, que não precisa ser médico, a fazê-lo.**

A gestante responde pelo art. 124, § 2º parte e o terceiro é autor do crime pelo art. 126.

@beatriznamiestudies

▷ **aborto provocado por terceiro:** art. 125

↳ **há duas vítimas:** o feto e a gestante.

Nesse caso, **não há o consentimento da gestante** e caso a mulher estiver grávida de gêmeos ou mais, e essa situação for de conhecimento do terceiro, haverá 2 ou mais crimes de aborto, em concurso formal impróprio ou imperfeito.

▷ **aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante:** art. 126

Quando o aborto é **realizado por terceira pessoa com o consentimento da gestante**, esta incide na pena da parte final do art. 124 CP, ao passo que o terceiro que provoca o aborto com seu consentimento é enquadrado no art. 126.

↳ a extensão do consentimento da gestante deve subsistir até a consumação do aborto. Se durante o procedimento ela se arrepender e solicitar ao terceiro a interrupção das manobras letais, mas não for obedecida, pl ela o fato será atípico, e o terceiro responderá pelo crime do art. 125.

↳ **diante da pena mínima** cominada ao crime praticado por terceiro com consentimento da gestante, é cabível

vel a suspensão condicional do processo, se presentes os demais requisitos exigidos pelo art. 89 da lei 9.099/1995.

@beatriznamiestudies

▷ **aborto qualificado**: art. 127

↳ no art. 127 contém as causas de aumento de pena.

Por expressa previsão legal, as **formas qualificadas** somente são aplicáveis ao aborto praticado por terceiro, sem ou com o consentimento da gestante, nunca à gestante.

Desta forma, se um terceiro concorre pl que a gestante realize autoaborto, daí o resultado na mulher for uma lesão corporal grave ou morte, o terceiro responde pelo crime tipificado pelo art. 124 CP.

↳ pune-se o primeiro crime na forma dolosa e o resultado agravador, que pode ser morte ou lesão corporal de natureza grave, a título de culpa.

↳ caso o terceiro tenha dolo no tocante a ambos os crimes, responde por aborto e por lesão corporal de natureza grave ou homicídio. Se a lesão corporal de natureza leve, o terceiro responde somente pelo aborto simples, sem ou com o seu consentimento, restando absolvida a lesão corporal.

▷ **aborto legal**: art. 128

O aborto necessário ou terapêutico depende de dois requisitos:

- 1- a vida da gestante corra perigo em razão da gravidez
- 2- não exista outro meio de salvar sua vida.

O risco para a vida da gestante não precisa ser atual, basta que exista, isto é, que no futuro possa

colocar em perigo a vida da mulher, e seja atestado por profissional da medicina.

* É desnecessária a autorização judicial pl o aborto. É o médico, e só ele, quem decide sobre a imprescritibilidade da interrupção da gravidez.

importante → se o aborto legal for praticado por enfermeira:

- 1- se presente o perigo atual para a gestante, o fato será lícito, como corolário do estado de necessidade.
- 2- ausente o perigo atual, incidirá no crime de aborto, com ou sem o consentimento da gestante, dependendo do caso concreto.

@beatriznamiestudies

Já no aborto em caso de gravidez resultante de estupro, temos as seguintes situações:

- 1- ser praticado por médico;
- 2- consentimento válido da gestante ou de seu responsável
- 3- gravidez resultante de estupro

↳ não precisa de autorização judicial e dispensa a existência de condenação pelo crime sexual ou processo criminal em andamento.